

República Democrática do Timor Leste: Fusão de Horizontes ou Choque de Paradigmas?

Democratic Republic of East Timor: Horizon Fusion or Paradigm Clash?

Andrea de Quadros Dantas Echeverria¹

Resumo: O presente artigo pretende analisar as crises democráticas vivenciadas na transição democrática no Timor Leste sob a perspectiva teórica da fusão de horizontes, desenvolvida por Gadamer. Nesse contexto, o estudo volta-se para uma revisão teórica dos principais conceitos desenvolvidos por Gadamer, em especial os conceitos de tradição, preconceito e fusão de horizonte. Posteriormente, a análise das principais dificuldades observadas na implementação de uma democracia no Timor Leste será devidamente contrastada com as ideias de Gadamer com o intuito de analisar se realmente houve uma fusão de horizontes, ou se o choque de paradigmas ali ocorrido seria a razão primordial para a eclosão da crise democrática de 2006.

Palavras-chaves: Timor Leste, transição democrática, choque de paradigmas, Gadamer, fusão de horizontes.

Abstract: This paper aims to analyze the democratic crises experienced in the democratic transition in East Timor under the theoretical perspective of the fusion of horizons developed by Gadamer. In this context, the study turns to a theoretical revision of the main concepts developed by Gadamer, especially the concepts of tradition, prejudice and horizon fusion. Subsequently, the analysis of the main difficulties observed in the implementation of a democracy in East Timor will be duly contrasted with the ideas of Gadamer in order to analyze if there was a fusion of horizons or if the clash of paradigms occurred there would be the prime reason for the outbreak of the 2006 democratic crisis.

Keywords: East Timor, democratic transition, clash of paradigms, Gadamer, fusion of horizons.

Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, disseminou-se a ideia de que a democracia seria o melhor regime político para todos os países, culminando na afirmação de que “*hoje, não há, no mundo, rival para a democracia como modelo de governo*” (DIAMOND, 2003, p. 4). As Nações Unidas não só adotaram tal compreensão, como passaram a reconhecer que a implementação de um regime democrático é o melhor caminho para a reconstrução de um país recém-saído de um conflito civil. Entretanto, considerando que os três casos mais recentes de (re)construção estatal² – Camboja, Timor Leste e Afeganistão – não são considerados Estados completamente livres ou

¹ Doutoranda em Direito pelo Centro Universitário de Brasília e pela Stanford University. Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Advogada da União-AGU. Email: andreaqantas@gmail.com

² Considerando que a grande parte da bibliografia sobre o Timor Leste é escrita em língua inglesa, a autora se reservou o direito de efetuar traduções livres de trechos e expressões. No caso, país recém-saído de um conflito civil é uma tradução livre da expressão *post-conflict countries*, e reconstrução estatal refere-se à expressão *state-building*.

mesmo democráticos (BARMA, 2006, p. 133), percebe-se que a tarefa de implementar uma democracia é mais complexa do que possa parecer a primeira vista.

Um dos principais argumentos utilizados para explicar as falhas na implementação de um regime democrático no Timor Leste, que teria resultado em uma estrutura política instável e pouco democrática, culminando na crise política de 2006, é o denominado “*choque de paradigmas*” entre o padrão democrático de distribuição de poder e a legitimidade política local já existente e consolidada (HOHE, 2002, p. 1).

Nesse contexto, pretende-se estudar esse problemático choque de paradigmas sob o enfoque da teoria filosófica de Gadamer, utilizando-se especialmente dos conceitos de tradição, preconceito e fusão de horizontes, de modo a analisar se houve, de fato, uma fusão de horizontes durante a administração provisória das Nações Unidas no Timor Leste, ou se a ausência de confluência de ideologias pode ser considerada uma das principais falhas da atuação da ONU, e como Gadamer interpretaria tal acontecimento.

Utilizar Gadamer para tentar explicar os obstáculos na construção da República Democrática Timorense justifica-se essencialmente pelo fato de tal autor defender que “*não há como escapar ao circuito fechado das próprias opiniões prévias*” [GADAMER, 1997, 357]. Tal constatação é válida não somente para analisar a visão das Nações Unidas durante sua administração provisória, mas também a reação da sociedade timorense à democratização do país, pois, como salientado por Bernstein, não podemos nos retirar do nosso próprio contexto histórico [BERNSTEIN, 1983, 126].

Ora, assim como a compreensão de um texto é feita sempre por meio de um projetar, determinado por expectativas e perspectivas prévias [GADAMER, 1997, 356], também a atuação das Nações Unidas foi orientada pelo conceito prévio de que a democracia ocidental é a melhor forma de regime político possível, fato que determinou toda a reconstrução estatal e culminou na tentativa de afastamento da cultura política local, fundada na ideia de hierarquia e legitimidade sanguínea.

Ao utilizar a tradição como ponto de partida para a hermenêutica histórica, Gadamer ressalta a necessidade de se reconhecer a alteridade do outro e o diálogo entre as tradições, diálogo esse que, talvez, não tenha ocorrido de forma satisfatória durante a implementação do regime democrático em Timor Leste.

Nesse contexto, o primeiro capítulo do artigo é dedicado à teoria de Gadamer, com especial destaque à necessidade do reconhecimento da tradição na compreensão de um evento histórico – ou melhor, em qualquer processo hermenêutico –, bem como a valorização do preconceito como ferramenta do entendimento e, por fim, a importância da fusão de horizontes.

O segundo capítulo será dedicado ao histórico do Timor Leste, ressaltando o choque de paradigmas entre as estruturas de poder local e o ideal democrático pretendido pelas Nações Unidas, e como a ausência de envolvimento da cultura local no processo de reconstrução estatal resultou em uma estrutura política pouco democrática e instável.

Na conclusão, será utilizada a teoria de Gadamer para tentar compreender tanto a atuação das Nações Unidas, como seu impacto na sociedade timorense.

1. A Fusão De Horizontes Em Gadamer

Uma das grandes mudanças de paradigmas proposta por Gadamer refere-se à inserção de um elemento subjetivo no processo hermenêutico, qual seja, a tradição, de modo que tal processo não poderia ocorrer de forma totalmente neutra. Assim, para o autor não se está a buscar a neutralidade da hermenêutica, mas sim se deve tentar reconhecer os preconceitos que nos permitem (ou nos impedem) de compreender e interpretar determinado texto.

Para o autor,

uma consciência formada hermeneuticamente deve, desde o princípio, mostrar-se receptiva à alteridade do texto. Mas essa receptividade não pressupõe nem uma ‘neutralidade’ com relação à coisa, nem tampouco um anulamento de si mesma; implica antes uma destacada apropriação das opiniões prévias e preconceitos pessoais” [GADAMER, 1998, 358].

Daí que para compreender a tradição é necessário reconhecer os preconceitos. Entretanto, para o autor, o preconceito não possui necessariamente uma carga negativa, nem significa um falso juízo [GADAMER, 1998, 360], o que o leva a distinguir entre preconceitos cegos daqueles legítimos, sendo esses últimos condição da própria compreensão³. De forma

³ Embora a questão acerca das categorias de preconceito seja extremamente importante para a teoria de Gadamer, considerando a pequena extensão do presente artigo e o foco no conceito de fusão de horizontes, tal discussão não será aqui travada, deixando apenas registrado que para o autor há preconceitos que são justificados que podem ser produtivos para o conhecimento. Também a relação entre preconceito e autoridade não será objeto do presente estudo, que se restringiu a analisar unicamente a problemática entre preconceito e tradição. Acerca das categorias de preconceito, ver GADAMER, , 368-385.

geral, pode-se distinguir tais preconceitos por meio do encontro dialógico com a tradição⁴ [BERNSTEIN, 1983, 128].

Daí surge o conceito de tradição que, para o autor, é o que tem validade sem precisar de fundamentação. Entretanto, tal afirmação não significa que tradição e razão sejam incondicionalmente opostas, uma vez que a tradição implica conservação, é ela um elemento da liberdade e da própria história, ou seja, é um ato de razão que mantém viva a tradição. [GADAMER, 1998, 372/373], ou como ressaltado por Bernstein, “*toda razão funciona por meio da tradição*”⁵. Portanto, para o autor, a determinação pela tradição tem um papel positivo no processo hermenêutico [GADAMER, 1997, 12]

Resta evidente, portanto, que para Gadamer, toda ação humana está sempre influenciada pela tradição, assim como o direito e as instituições. Ou melhor, a fonte dos preconceitos, especialmente daqueles que nos mantém abertos a novas experiências, é exatamente nossa tradição [BERNSTEIN, 1983, 130].

Após conceituar a tradição, o autor questiona quais seriam as consequências para a compreensão a condição hermenêutica de pertencer a uma tradição. Ora, a tradição fornece as ferramentas para se construir a expectativa da compreensão, ou seja, a tradição é o ponto de partida sobre o qual se fundamentam os critérios que serão utilizados pelo intérprete no processo hermenêutico [GADAMER, 1998, 385/386]. Assim, a tradição é uma condição de entendimento, uma vez que a antecipação do sentido funciona como um momento necessário no processo de interpretação⁶. A compreensão, então, torna-se possível por meio dessa estrutura de pré-julgamento e antecipação que precede a reflexão crítica [SHAPIRO, 1994, 136].

É interessante destacar que esse processo hermenêutico, fundado na antecipação do sentido pela tradição, não está inerte. Pelo contrário, está ele sempre em formação eis que se altera sempre que o intérprete compreende melhor o texto, seu momento histórico e as tradições que lhe são inerentes.

Percebe-se que no processo hermenêutico está inserido o que o autor denomina de sentido da pertença, que nada mais é do que a influência da tradição no processo de compreensão,

⁴ Encontro dialógico é uma tradução livre do termo utilizado por Bernstein: “*dialogical encounter*” [BERNSTEIN, 1983, 128]

⁵ Tradução livre do trecho: “*all reason functions within traditions*” [BERNSTEIN, 1983, 130].

⁶ No mesmo sentido: “*Gadamer argues that these anticipations are the conditions of the possibility of historical knowledge*” [MENDELSON, 1979, 53]

na medida em que a receptividade à compreensão do que não lhe é familiar somente é possível por meio desses preconceitos legítimos [BERNSTEIN, 1983, 137]. Como afirmado por Gadamer: “*a compreensão implica sempre uma pré-compreensão que, por sua vez, é prefigurada por uma tradição determinada em que vive o intérprete e que modela os seus preconceitos*” [GADAMER, 1997, 13]. Daí a importância de haver uma conexão entre o intérprete e o que se pretende interpretar, o que, por vezes, gera uma polaridade entre familiaridade e estranheza.

É nessa tensão frente à alteridade que o intérprete deve tentar distinguir os preconceitos produtivos daqueles que impedem uma correta compreensão do texto, o que deve ser feito por meio da distância temporal. [GADAMER, 1998, 391] O compreender por meio da tradição e utilizando-se dessa distância temporal resulta em um comportamento não apenas reprodutivo, mas essencialmente produtivo, gerando inúmeras interpretações diferentes e possíveis. Isso acontece porque o intérprete não deve transpor-se para o momento histórico ou para tradição que pretende compreender, mas sim utilizar o momento presente e seus próprios preconceitos para melhor compreender determinado texto ou acontecimento histórico. [GADAMER, 1998, 393].

Questiona-se aqui se um evento histórico somente poderia ser compreendido após sua conclusão. Para Gadamer também essa distância temporal “*não tem uma dimensão fechada e concluída, mas está ela mesma em constante movimento e expansão*” [GADAMER, 1998, 395], o que permite que a compreensão histórica seja sempre produtiva, pois o processo de busca do verdadeiro sentido nunca se esgota. É exatamente essa distância histórica que nos permite distinguir os preconceitos legítimos daqueles falsos, por meio do encontro com a tradição. É por isso que a hermenêutica necessita de uma consciência histórica, e assim a compreensão torna-se um processo, que o autor denomina de história efetual.

Exemplificativamente, a história efetual de um texto demonstra todas as formas pelas quais tal texto foi recebido e interpretado, sob o ponto de vista das diversas tradições [SHAPIRO, 1994, 127]. Tais interpretações constituem a própria tradição de compreensão daquele texto em particular, de modo que a totalidade de tais efeitos, assim como todo o processo histórico que liga o texto ao intérprete, constitui a situação hermenêutica do intérprete. Daí a

conclusão de Mendelson de que “a história efetual é a cadeia de interpretações passadas através da qual a pré-compreensão do intérprete se conecta com o seu objeto”⁷.

Assim, de acordo com tal princípio, o processo hermenêutico deve pautar-se também sobre o efeito dos fenômenos históricos na própria história, de modo que a consciência da história efetual possa nos mostrar “a situação em que nos encontramos frente à tradição que queremos compreender” [GADAMER, 1998, 399]. No caso, tal processo é infinito e resultado da “própria essência do ser histórico que somos”. Vê-se que o fato de sermos seres históricos não configura apenas uma condição da hermenêutica, mas estabelece também a possibilidade de compreendermos as diversas tradições por meio da alteridade histórica.

Essa posição delimitada pela essência do ser histórico é exatamente o que o autor denomina de horizonte [GADAMER, 1998, 399]. Como todo horizonte origina-se da própria tradição, pode-se afirmar que o horizonte representa um grupo de valores e crenças peculiares que nos representam e por cuja lente vemos o mundo, ou seja, o horizonte é o resultado do envolvimento do intérprete na tradição, funcionando como um ponto de partida que lhe permite um determinado alcance da visão [MENDELSON, 1979, 54].

Considerando que a compreensão passa pela tensão entre familiaridade e alteridade, todo horizonte pode ser ampliado por meio do diálogo, na medida em que, para compreender, o intérprete necessita descobrir a posição e o horizonte da coisa estudada, sem que necessariamente se coloque no lugar do outro [GADAMER, 1998, 400]. O conceito de horizonte aqui delimitado implica no reconhecimento de uma abertura, afastando a ideia da existência de horizontes fechados, ou como bem resumido por Bernstein, “horizontes são limitados, finitos, mutáveis e fluidos”⁸.

Assim, o deslocamento do horizonte permite a melhor compreensão de uma tradição, evitando a utilização de falsos preconceitos, que possam gerar mal-entendidos. Isso porque durante o processo de deslocamento de horizontes, os preconceitos se transformam - são alterados, confirmados ou concretizados [MENDELSON, 1979, 56], o que nos permite verificar quais desses preconceitos são legítimos e quais devem ser excluídos. No ponto, Gadamer conclui que “acreditamos estar compreendendo quando vemos a tradição a partir do ponto de vista

⁷ Tradução livre do trecho: “Effective history is the chain of past interpretations through which the preunderstanding of the interpreter is already linked with his object”. [MENDELSON, 1979, 55]

⁸ Tradução livre do trecho: “Horizons are limited, finite, changing, and fluid” [BERNSTEIN, 1983, 143]

histórico, isto é, quando nos deslocamos à situação histórica, procurando reconstruir seu horizonte” [GADAMER, 1998, 401].

Desse modo, embora não seja possível compreender completamente outra tradição sob o enfoque da nossa verdade, o reconhecimento dessa alteridade é o que permite a suspensão da nossa própria pretensão de verdade e, então, o processo hermenêutico pode iniciar-se, o que resulta na afirmação de que “*para poder nos deslocar a uma situação precisamos já sempre possuir um horizonte*” [GADAMER, 1998, 403]. E mais, a fusão de horizontes gera uma perspectiva crítica da nossa própria situação, do mesmo modo que o encontro entre duas tradições é sempre intrinsecamente crítico [BERNSTEIN, 1983, 149].

Por fim, tal deslocamento de horizonte não cria dois horizontes distintos – o do intérprete e aquele para o qual ele se deslocou – mas gera a chamada fusão de horizontes, resultado da transposição da consciência histórica para mundos estranhos. Um dos elementos da consciência histórica é exatamente o nosso próprio passado que também faz parte de um horizonte móvel, onde se encontra a tradição [GADAMER, 1998, 402].

A tradição funciona assim como um ponto de partida e como a principal ferramenta para compreender outras tradições e acontecimentos históricos, permitindo o deslocamento e a fusão de horizontes, o que resulta na constante formação do nosso próprio horizonte, bem como na alteração de nossos preconceitos [SHAPIRO, 1994, 126]. Da mesma forma, a tradição impede que a compreensão seja feita de modo totalmente arbitrário, na medida em que delimita não apenas o ponto de partida do intérprete, mas esclarece os preconceitos de que ele se utiliza no seu processo hermenêutico.

Daí a conclusão do autor no sentido de que “*compreender é sempre o processo de fusão desses horizontes presumivelmente dados por si mesmos*”, sendo que “*a tradição é o lugar onde essa fusão se dá constantemente, pois nela o velho e o novo sempre crescem juntos para uma validade vital sem que um e outro cheguem a se destacar explícita e mutuamente*” [GADAMER, 1998, 404], ou seja, a atividade de interpretar estará sempre conectada ao diálogo entre as tradições [SHAPIRO, 1994, 125].

2. Democracia Ou Poder Local? O Choque De Paradigmas No Timor Leste

A mudança do modelo político – que ocorreria com a entrada das Nações Unidas no Timor Leste – pressupõe, necessariamente, o conhecimento da cultura e estruturas de poder tradicionais⁹, de forma a analisarmos se houve um diálogo entre as tradições ou se a implementação do modelo democrático resultou em um choque de paradigmas.

O núcleo da estrutura social tradicional no Timor é a família estendida, formada usualmente pelos parentes mais próximos de cada linhagem (parentesco do pai ou da mãe), coordenada pelo homem mais velho, e denominada grupo de descendente ou casa (*uma*). A união de vários grupos constitui a chamada casa sagrada (*uma lulik/uma lisan*), que “*representa a mais importante unidade social na estrutura timorense*” (OSPINA e HOHE, 2001, p. 20).

A hierarquia na relação entre as casas de um território específico é definida pela antiguidade, que irá estabelecer sua importância nos ritos e na política. A ausência de uma ordem estatal na origem da formação da sociedade timorense, e a posterior existência somente de estruturas estatais de dominação (portuguesa e indonésia), tornava ainda mais importante as relações sociais como fundamento de sobrevivência da cultura timorense (OSPINA e HOHE, 2001, p. 24/25).

Tal estrutura de poder, fundada nas relações sociais e na hierarquia sanguínea, resistiu não apenas durante o período colonial de mais de 400 anos, mas funcionou como o fundamento do movimento de resistência durante a ocupação indonésia por quase 25 anos.

Durante o período colonial português, embora tenha havido algumas tentativas de redução do poder dos chefes locais, tais esforços tiveram um impacto limitado na estrutura sócio-política timorense, sendo possível afirmar que “*o que em outras sociedades poderia produzir mudanças estruturais fundamentais resultou paradoxalmente no reforço dos aspectos fundamentais da sociedade timorense*”¹⁰.

Após o fim da Segunda Guerra, os movimentos de independência das colônias africanas acabam por refletir-se no Timor Leste, gerando as primeiras revoltas separatistas,

⁹ OSPINA, Sofi. HOHE, Tanja. Traditional Power Structures and the Community Empowerment and Local Governance Project – Final Report. Setembro/2001; p. 12-14. É interessante ressaltar que o citado relatório foi feito com base em pesquisa conduzida em três distritos do Timor Leste: Aileu, Baucau e Bobonaro, selecionados por diferentes razões: presença de diferentes grupos étnico-linguísticos; diferentes localizações geográficas; observância de área rural e urbana; diferentes influências históricas e presença do Projeto de Empoderamento da Sociedade (CEP) em diferentes estágios de implementação;

¹⁰ TAYLOR, **East Timor: The Price of Freedom** ; tradução livre do trecho “*what, in other societies, might have produced fundamental structural changes resulted paradoxically in the strengthening of the basic aspects of Timorese society*”, p. 9; No mesmo sentido, (BALLARD, 2007, p. 2);

capitaneadas pela formação dos partidos políticos (TAYLOR, 1999, p. 6/18). Entretanto, as divergências de ideais dos movimentos separatistas resultou em uma guerra civil, que abriu espaço para a ocupação indonésia, fundada na ideologia de anexação do território de Timor ao daquele país. Nesse ambiente, um dos partidos político altera seu programa para exigir a imediata independência do Timor e passa a se denominar de Frente Revolucionaria pelo Timor Leste Independente – FRETILIN (BALLARD, 2008, p. 8). A estrutura da Fretilin foi construída tendo por referência a cultura e a sociedade tradicional combinada com instituições de ideologia nacional, e funcionaria como o maior movimento de resistência daquele país (TAYLOR, 1999, p. 25).

Com o crescimento do movimento de resistência aumenta também a violência indonésia contra os timorenses. A sucessão de violação aos direitos humanos começa a produzir eco no cenário internacional, iniciando-se a luta pela independência do Timor Leste. A consulta popular foi forma encontrada pelas Nações Unidas para evitar maiores massacres naquele país, que acabou confirmando o desejo timorense pela independência do país, o que, paradoxalmente, resultou na pior e mais devastadora ação indonésia de violência e destruição já vista em Timor Leste (FAN, 2007, p. 179).

Diante de tamanha violência, as Nações Unidas enviaram uma missão ao Timor Leste visando, não apenas reconstruir a infra-estrutura urbana e administrativa, mas especialmente transformar tal país em uma democracia. Uma das maiores dificuldades de tal missão, além da reconstrução material, era a ausência de qualquer experiência timorense de democracia, ou mesmo de uma administração estatal. Mesmo assim, não se pode afirmar que houvesse um vácuo de poder, dada a manutenção do sistema político tradicional¹¹, que foi a base fundamental de todo o movimento de independência timorense (CHOPRA, 2002, p. 981).

Além da falta de tradição democrática, outros fatores dificultaram a consolidação do regime democrático. Dentre eles destaca-se o fato de que, durante o planejamento da missão

¹¹ A pesquisa do Banco Mundial confirmou a forte influência da estrutura de poder tradicional, que conseguiu sobreviver a dois períodos de dominação externa. Nas áreas rurais, o desconhecimento do que seja um sistema de governo estatal, bem como a proximidade com a estrutura tradicional, tornaram as pessoas mais resistentes às mudanças, sendo que parte deles pregam a volta das autoridades dos liurais . Entretanto, após a consulta popular de 1999, crescem as críticas contra tal sistema, formuladas essencialmente pelas pessoas com maior nível de educação formal, que vivem nas áreas urbanas, e pleiteiam uma forma mais democrática de escolha das autoridades (OSPINA e HOHE, 2001, p. 72/74).

das Nações Unidas, não ter havido nenhum envolvimento de representantes timorenses, o que, certamente, seria desejável (CHOPRA, 2002, p. 981; BABO-SOARES, 2001, p. 6).

Ademais, durante a implementação da administração pública, observou-se não apenas o total colapso das atividades administrativas, como também uma falta de recursos humanos capacitados para ocupar altos cargos governamentais (DOWNIE, 2007, p. 32). Embora o mandato conferido à missão fizesse repetidas referências à necessidade de consulta e envolvimento da população timorense, não se estabeleceu mecanismos específicos para concretizar tal participação¹².

Aliás, foi exatamente essa falta de responsividade em relação à população timorense que gerou as primeiras divergências entre a comunidade local e as Nações Unidas, uma vez que a equipe internacional parecia mais focada no seu modelo de “*administração importada*” do que nos interesses efetivos dos timorenses (BABO-SOARES, 2001, p. 8; DOWNIE, 2007, p. 29).

Uma importante consequência dessa importação de um modelo político, sem a necessária observância das especificidades da cultura local, foi a falta de confiança na competência dos trabalhadores da área técnica, resultado não apenas da brusca mudança dos métodos de seleção de pessoal – da tradicional escolha por linhagens sanguíneas e idade para a utilização da meritocracia (educação formal e experiência) e do sistema eleitoral –, somada à falta de interação entre a população timorense e a equipe internacional.

Visando suprir essa falha de comunicação entre a missão internacional e a comunidade local, foi desenvolvido um projeto que visava disseminar a ideia de democracia e a importância da participação popular, o qual foi denominado Projeto de Empoderamento da Comunidade e Governança Local-PEC (*Community Empowerment Project-CEP*)¹³.

Os três ciclos do projeto estavam fundamentados na criação de Conselhos de Desenvolvimento dos Sucos, que funcionariam como estruturas de governo local. Seu principal objetivo “*era prover um modelo de fórum democrático, participativo e transparente para*

¹² CHOPRA, 2002, p. 990. No mesmo sentido: UNITED NATIONS, 2003, parágrafos 163-166; Consoante ressaltado por FOX (2002, p. 7) “*For much of its first year, UNTAET’s policy was more exclusive and less participatory than that of the previous Indonesian government*”;

¹³ Após o primeiro PEC, foram lançados, posteriormente, o segundo Projeto de Empoderamento da Comunidade, com recurso de U\$ 8,5 milhões e funcionamento de 21 de maio de 2001 a 3 de março de 2004; e o Terceiro, com ciclo de 1º de julho de 2002 a 31 de março de 2004, recebeu U\$ 1,5 milhões (WORLD BANK, 2006, p. ix)

aumentar a participação da comunidade no processo de planejamento e decisão referente a questões locais” (OSPINA e HOHE, 2001, p. 9).

Para a eleição dos conselheiros, ao estabelecer os critérios de elegibilidade¹⁴, excluiu-se, propositalmente, a possibilidade de líderes locais se candidatarem, no intuito de produzir uma maior disseminação do poder, promovendo um sistema de tomada de decisão mais horizontal e democrático. Entretanto, o que se verificou foi que o desejo de alterar toda a estrutura local – introduzindo uma igualdade de gêneros e excluindo os líderes tradicionais – resultou em uma nova forma de poder, paralelo e em conflito com àquele tradicional (HOHE, 2004, p. 7).

Observou-se que mesmo a eleição democrática proposta pelo Projeto de Empoderamento acabou muito influenciada pelos métodos tradicionais de processo de decisão, sendo que o envolvimento nas atividades do antigo movimento de resistência, ou em outro movimento clandestino, parecia indicar a capacidade para ser um bom líder (OSPINA e HOHE, 2001, p. 88/89). As eleições para os membros do conselho confirmaram que *“introduzir meios democráticos não significa necessariamente a introdução da democracia”* (HOHE, 2004, p. 10).

A exclusão dos líderes tradicionais encontrou resistência em várias aldeias, resultando na manutenção da estrutura tradicional (HOHE, 2004, p. 9). Em algumas regiões, os líderes tradicionais e os detentores de poder ainda exercem um papel importante no processo de tomada de decisões, sendo eles quem mais falam nas reuniões da comunidade e do Conselho, havendo uma tendência de exclusão da oposição no processo de tomada de decisão, seguindo a tradição local. Assim, embora haja um maior envolvimento da população, ao que tudo indica, as decisões continuam sendo tomadas pelos líderes tradicionais (OSPINA e HOHE, 2001, p. 108/112).

De fato, não era incomum o surgimento de conflitos motivados por essa estrutura paralela de tomada de decisão criada pelo projeto de empoderamento e que era vista como um claro desafio ao poder dos líderes tradicionais. Tal visão era fortalecida pelo fato de os conselheiros serem jovens sem autoridade política tradicional (HOHE, 2004, P. 12).

¹⁴Critérios de elegibilidade: ter mais de 18 anos; ser residente na aldeia (hamlet), não ser um líder tradicional ou local; e ter disponibilidade de tempo para trabalhar no Conselho

A principal pergunta que remanesce é “*como integrar a estrutura tradicional de poder com os órgãos governamentais locais, sem interferir nos processos democráticos dos Conselhos dos Sucos?*” (OSPINA e HOHE, 2001, p. 136).

Tal dificuldade de integração foi uma das variáveis que colaboraram para que o Banco Mundial, em seu relatório final, classificasse o resultado do projeto como insatisfatório, considerando sua modesta relevância, eficácia e eficiência. A sustentabilidade do projeto também foi considerada fraca, tendo em vista a inabilidade em capacitar a comunidade local (WORLD BANK, 2006, p. x).

Por outro lado, o projeto foi considerado irrealista, ao ignorar a estrutura tradicional de poder e tomada de decisão, e pretender inserir uma eleição de conselheiros que afastava expressamente as lideranças tradicionais, o que resultou na percepção da comunidade de que tais conselhos não possuíam nenhuma autoridade política¹⁵. Assim, como ocorreu na administração transitória, o descuido com a cultura local gerou a falta de legitimidade dos eleitos.

Apesar dos problemas enfrentados pelas Nações Unidas e do Banco Mundial – dentre outros colaboradores – na missão de (re)construção estatal no Timor Leste, o país era visto, pela comunidade internacional, como um modelo de sucesso de implementação de um governo democrático, principalmente em razão da paz na arena política e do regular funcionamento da sociedade civil (FAN, 2007, p. 180; TRINDADE, 2008, p. 4; BABO-SOARES, 2001, p. 11). Tal percepção perdurou somente até maio de 2006, quando as enormes contradições dessa democracia internacionalmente implementada eclodiram em uma rebelião militar.

A crise de 2006 foi motivada por uma divisão interna da Força de Defesa do Timor Leste-FDTL, gerando dois grupos antagônicos: o leste, formado por participantes da luta pela independência, e o oeste, composto por novos recrutas. (KINGSBURY, 2007, p. 21; FAN, 2007, p. 181). Tal crise, apesar de centrada nas instituições detentoras do poder de polícia, revela a contradição sobre a qual foi erigido o Estado-Nação do Timor Leste. Como visto, a maior dificuldade encontrada pelas equipes internacionais era exatamente permitir a participação dos

¹⁵ WORLD BANK, 2006, p. 10. É interessante destacar que, consoante o relatório final do Banco Mundial, os Conselhos dos Sucos não mais funcionam, eis que se dedicavam exclusivamente à distribuição de recursos financeiros, não tendo conseguido estabelecer autoridade política para a manutenção de seu funcionamento.

timorenses e de sua cultura na construção do novo estado, sem desvirtuar as características da democracia ocidental que se pretendia construir.

Entretanto, há que se ter em vista que, no processo de (re)construção de um Estado-nação, a participação popular é sempre uma variável problemática, em especial quando se pretende implementar um regime político específico, como foi o caso do Timor Leste. O conflito surge exatamente porque “*o sistema político presente no território ou deve ser aceito e integrado ao exercício de construção estatal, ou o sistema político necessita ser adaptado à visão do novo sistema político em construção*” (BENZING, 2005, p. 345).

Tal problema é plenamente visível no Timor Leste, eis que o país dispunha de uma estrutura de poder tradicional com princípios bastante divergentes daqueles democráticos, o que dificultava a fusão do novo sistema político às ideias hierárquicas tradicionais. Assim, a implementação da democracia no Timor Leste resultou em uma estrutura estatal instável, não apenas pela falta de identificação da população timorense com a cultura democrática (HOHE, 2002, p. 570), mas também pela falha em capacitar os timorenses a exercerem todas as complexas funções exigidas pelas instituições estatais democráticas.

Percebe-se que, embora tenha havido algumas falhas procedimentais durante a atuação das missões internacionais de reconstrução estatal, o principal problema enfrentado foi a contradição ideológica resultante da inserção de um novo modelo político. No caso, há autores que entendem que a crise de 2006 foi o resultado do denominado “*choque de paradigmas*” entre o padrão democrático de distribuição de poder e a legitimidade política local já existente e consolidada (HOHE, 2002, p. 1), ou mesmo entre o local e o moderno ou ainda entre os princípios da hierarquia e da igualdade (TRINDADE, 2008, p. 7).

Como já visto, apesar da ocupação indonésia por um quarto de século ter resultado em um total desmantelamento do governo nacional, as estruturas de poder local conseguiram sobreviver tanto à colonização portuguesa como a invasão indonésia (CHOPRA, 2002, p. 981). Desse modo, a construção de um novo regime político, especialmente aquele focado na vontade popular, deveria ter considerado a legitimidade de tais estruturas dentro da nova dinâmica de poder.

Por outro lado, tais estruturas de poder tradicional são fundadas em princípios diversos daqueles sobre os quais se fundamenta a democracia ocidental, daí a problemática na

conciliação de ambas as estruturas. Destaca-se, além dos já citados, o fato do mecanismo de tomada de decisão utilizado pela cultura timorense – embora baseado no diálogo e no consenso –, não permita a existência de oposição ou dissenso, que são vistos como elementos negativos dentro da dinâmica política (HOHE, 2002, p. 583). Por outro lado, um sistema democrático multipartidário fundamenta-se exatamente na existência de posições políticas divergentes e até opostas, que conseguem expor suas ideias e conviver em um ambiente político saudável.

Uma das consequências desse choque de paradigmas é a falta de aceitação de um dissenso, de modo que a oposição política – fundamental na construção e manutenção de um regime democrático – é vista como subversiva ou traidora¹⁶. Assim, mesmo após duas eleições democráticas (2001 e 2007), o novo sistema político não parece desafiar seriamente a estrutura hierárquica local, no qual o multipartidarismo ainda é associado à animosidade e desconectado da noção de democracia (TRINDADE, 2008, p. 11).

Percebe-se que o sucesso na (re)construção de uma nova nação tem como um de seus pilares fundamentais o conhecimento da cultura daquele país, em especial os valores utilizados pela população para legitimar a escolha de seus governantes (HOHE, 2002, p. 570). No caso do Timor Leste, a mudança brusca de valores se, por um lado, resultou em uma maior capacidade técnica das pessoas escolhidas para ocupar os cargos estratégicos da Administração Pública e uma suposta legitimidade democrática, por outro lado gerou uma descrença por parte da população, culminando, portanto, em uma falta de legitimidade¹⁷. Soma-se a isso o fato de que, como a democracia ainda não está devidamente arraigada, não é possível que a legitimidade decorra exclusivamente do processo eleitoral¹⁸.

Esse choque de paradigmas também pode ser visualizado em um novo conflito nascente no Timor Leste entre a população mais jovem – que não participou efetivamente da resistência à invasão indonésia e tende a adotar os princípios democráticos – e a população mais

¹⁶ KINGSBURY, 2007, p. 20; No mesmo sentido, CHOPRA, 2002, p. 984; e TRINDADE, 2008, p. 11 (*The local paradigm is now challenged to integrate the idea of an opposition. As this new notion is very strange to the local system, it is ordered into a category where it seems to fit best: the idea of an enemy and a violent relationship*);

¹⁷ HOHE, 2002, p. 581; No mesmo sentido: TRINDADE, 2008, p.8 (*This disconnected the people from each other and their state - and the people are not able to see the state as a legitimate institution in cultural, traditional and spiritual sense from their own world view. There are no cultural elements included in the creation of East Timor*)

¹⁸ HOHE, 2002, p. 580. No mesmo sentido TRINDADE, 2008, p. 15(*Their legitimacy as current national leaders comes from the elections, which for most Timorese is still an alien idea. This created confusion among many people because for now the former legitimate leaders are out of power and replaced by national leaders who do not (yet) have the appropriate legitimacy in the spiritual sense*);

antiga, que pretende manter as tradições, fundamentando a unidade timorense no processo de resistência. Foi essa ideia de resistência que criou as facções ocidental e oriental dentro da Força de Defesa do Timor Leste e teve papel central na rebelião de maio de 2006 (TRINDADE, 2008, p. 17; BABO-SOARES, 2001, p. 15).

Ainda assim, a grande maioria da população, mesmo aqueles que desejam mudanças, entende que os valores tradicionais não devem ser totalmente extintos, pois representam a identidade do povo timorense, o que resultaria na necessidade de uma combinação de ambos os sistemas, como afirmado por um liurai: “*o sistema tradicional e a democracia não podem destruir um ao outro*” (OSPINA e HOHE, 2001, p. 80).

A questão é saber até onde um sistema democrático pode ser introduzido em sociedades de ordem hierárquica, onde o paradigma local passa a ser desafiado pela ideia de existência de uma oposição. Enquanto o processo tradicional de decisão é bem caracterizado pela noção de discussão e acordo entre aqueles que detêm o poder – sem participação do restante da comunidade –, o conceito de democracia é baseado na crença de uma oposição. Ademais, como o ideal de estado e instituições estatais não faz parte do sistema tradicional, há pouca confiança nos líderes que não sejam ligados às casas sagradas.

Considerações Finais

Analisar os acontecimentos históricos do Timor Leste sob o enfoque teórico de Gadamer resulta em três conclusões essenciais. Primeiro, as Nação Unidas atuaram presas exclusivamente ao seu horizonte e aos seus preconceitos, sem permitir que houvesse o essencial diálogo entre as tradições. Desse modo, não foi possível distinguir entre os preconceitos cegos e àqueles legítimos, tendo sido imposta uma visão ocidental de democracia que não se coadunava com a cultura local.

O que prevaleceu aqui foi o denominado preconceito contra o preconceito já citado por Gadamer. Mas enquanto o autor ressalta essa dicotomia em relação ao Iluminismo, o que se verifica no caso de Timor é um preconceito contra todo e qualquer sistema político que não seja o democrático. Ou seja, a cultura timorense foi posta de lado, pois não estava de acordo com os ideais democráticos ocidentais.

Na verdade, atualmente parece que a democracia é vista como o ponto de Arquimedes dos sistemas políticos, ou melhor, o regime democrático parece funcionar como a razão no Iluminismo, ou seja, a democracia é o que fundamenta e legitima todo e qualquer sistema político. Ou seja, o horizonte de validade do sistema político – ao contrário do defendido por Gadamer – encontra-se fechado, findo e determinado, ou seja, o único sistema político válido é a democracia. Tal ideia impediu que houvesse ao menos uma tentativa de compreensão da cultura timorense, pois a tradição política ocidental parte do princípio de que qualquer sistema que se afasta da democracia deve ser repellido. Assim, a tradição democrática não funcionou como uma ferramenta de compreensão da cultura timorense, mas sim como uma forma de imposição cega da tradição política ocidental.

Segundo, também a população timorense vive condicionada por sua tradição – que, até então não era democrática. Daí a dificuldade dos líderes eleitos conseguirem legitimidade unicamente pelo processo eleitoral – ou pela meritocracia – quando a tradição timorense lhes diz que tal legitimidade decorre de questões tradicionais, como linhagens sanguíneas. Para os timorenses não há como se despir de toda uma tradição para utilizar valores que lhe são totalmente desconhecidos.

Ora, como também destacado por Gadamer, a tradição não influencia somente a hermenêutica, mas também produz impacto nas instituições e no direito de determinada comunidade. Isso explica o precário funcionamento da estrutura administrativa timorense, pois enquanto a instituição fundamenta-se em princípios democráticos ocidentais, as pessoas que lá trabalham ainda estão imersas na cultura timorense tradicional.

Aqui é possível perceber a importância da fusão de horizontes no processo de reconstrução estatal, pois não há como uma sociedade alterar drasticamente todos os seus valores. A tradição, como já ressaltado por Gadamer, está em constante formação, mas não se pode esperar que seja ela totalmente afastada ou mesmo substituída por outra. No caso do Timor, não é possível – com todo o seu histórico e a atual situação de conflito – simplesmente ignorar a importância da tradicional estrutura de poder hierárquico para se adotar uma cultura política democrática totalmente estranha à história daquele país.

Terceiro, se tivesse havido de fato uma fusão de horizontes durante a administração provisória das Nações Unidas, talvez a estrutura estatal dali resultante – embora

fosse divergente da tradicional democracia ocidental – pudesse funcionar de uma forma mais estável e legítima. E mais, a sociedade timorense teria hoje uma tradição mais homogênea e não dois horizontes tão distintos que separam os jovens daqueles que lutaram pela independência do país. No caso, diante da alteridade da cultura timorense não se deveria tê-la ignorado, mas sim estabelecido um processo de diálogo, de modo a incorporar essa estrutura de poder ao processo de reconstrução.

É claro que, como já afirmado pela teoria gadameriana, as tradições são mutáveis e mesmo conflitantes entre si, e os horizontes deslocam-se, alargam-se, mas não se pode compreender que uma tradição seja completamente substituída por outra, pois isso equivaleria a afirmar que um determinado horizonte foi reduzido a outro.

Nesse contexto, o grande desafio da sociedade timorense é conseguir fundir dois horizontes tão distintos como a democracia e uma estrutura de poder hierárquico, sem que isso signifique a imposição de uma única cultura. Como já ressaltado, a existência de tradições conflitantes não deve ser suficiente para impossibilitar o diálogo, ou como ressaltado por Bernstein, “*é importante estar sensível às diferenças entre os vários tipos de tradição e na forma nas quais elas são reconstituídas, criticadas e superadas*” [BERNSTEIN, 1983, 131].

Conclui-se, assim, que o choque de paradigmas na inserção democrática no Timor Leste ocorreu de forma tão brusca que impediu a necessária fusão de horizontes entre a cultura democrática ocidental e a tradição hierárquica timorense, resultando na existência conflituosa de dois horizontes distintos e, até certo ponto, antagônicos. Aliás, uma das principais causas da crise de 2006 foi exatamente a dificuldade de harmonização dessas ideologias.

No caso do Timor, considerando tais problemas na sua reconstrução, enquanto alguns autores levantam a possibilidade de combinação de princípios tão divergentes¹⁹, outros questionam se o regime democrático é de fato o melhor sistema político a ser adotado naquele país²⁰. Assim, a resposta à clássica pergunta se “*pode todo o mundo tornar-se democrático*” [DIAMOND, 2003, p. 6] parece cada dia mais complexa.

¹⁹ TRINDADE, 2008, p. 19 (*The question of how this combination between traditional and modern values should look like specifically is a very difficult one. However, there are already political parties campaigning about combining the modern and the traditional*);

²⁰ CADWELL, 2006, p.3 (*After the spectacular failure of a concerted six-year effort to impose a modern market-oriented democracy on Timor-Leste, it is time to reconsider whether that type of society and government is right for this country. The fact that Portugal ruled it with a high degree of stability – and little environmental damage – for*
Revista Jurídica, v. 16, n. 2 (2017): Julho - Dezembro, Anápolis/GO, UniEVANGÉLICA
<http://revistas.unievangelica.edu.br> - v.16, n.2, jul.-dez. 2017 • p. 150 -169 - ISSN 2236-5788

Referências

- BABO-SOARES, Dionísio. Babo-Soares, Dionísio. Successes, Weaknesses and Challenges: A Critical Overview of the Political Transition in East Timor. **Council for Asia Europe Co-operation**. Task Force Meeting in Bali, Indonesia, 2001. (Online: www.caec-asiaeuropa.org/Conference/Publications/soares.PDF);
- BALLARD, John R. **Triumph of Self-Determination: Operation Stabilise and United Nations Peacemaking in East Timor**. United States of America: Praeger Security International, 2008;
- BARMA, Naazneeh H. Brokered Democracy-Building: Developing Democracy through Transitional Governance in Cambodia, East Timor and Afghanistan. **International Journal on Multicultural Societies (IJMS)**, v. 8, n.º. 2, p. 127-161, 2006;
- BENZING, Markus. Midwifing a New State: The United Nations in East Timor. **Max Planck Yearbook of United Nations Law**, v. 9, n.º. 1, p. 295-372, 2005;
- CADWELL, Joseph George. The Crisis in Democracy in East Timor, junho/2006, disponível em <http://www.foundationwebsite.org/DemocracyInEastTimor.pdf> ;
- CHOPRA, Jarat. Building State Failure in East Timor. **Development and Change**, v. 33, p. 979-1000, Institute of Social Studies, 2002;
- DIAMOND, Larry. Can the Whole World Become Democratic? Democracy, Development, and International Policies. **Center for the Study of Democracy**, Universidade da Califórnia, 2003;
- DOWNIE, Sue. UNTAET: state-building and peace-building. Em KINGSBURY, Damien e LEACH, Michael (coord.). **East Timor: Beyond Independence**. Australia: Monash University Press, 2007;
- FAN, Huan. The Missing Link between Self-Determination and Democracy: The Case of East Timor. **Northwestern Journal of International Human Rights**, v. 6, n.º. 1, 2007;
- FOX, James. 'Assessing UNTAET's Role in Building Local Capacities for the Future', 2002: Hadi Soesastro and Landry Haryo Subianto (eds), **Peace Building and State Building in East Timor**, pp 39-58. Jakarta: Centre for Strategic and International Studies;
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997;
- GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Organizador Pierre Fruchon. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998;
- HOHE, Tanja. The clash of paradigms: International administration and local political legitimacy in East Timor. **Contemporary Southeast Asia**, v. 24, p. 569-589, 2002;

450 years must be considered. Democracy is not the right country model for Timor-Leste. It is time to consider a different country model);

Revista Jurídica, v. 16, n. 2 (2017): Julho - Dezembro, Anápolis/GO, UniEVANGÉLICA

<http://revistas.unievangelica.edu.br> - v.16, n.2, jul.-dez. 2017 • p. 150 -169 - ISSN 2236-5788

HOHE, Tanja. Local Governance after Conflict. The Community Empowerment Project in East Timor. **Journal of Peacebuilding and Development**, v. 1, n.º. 3, 2004;

KINGSBURY, Damine. Political developmnet. Em KINGSBURY, Damien e LEACH, Michael (coord.). **East Timor: Beyond Independence**. Australia: Monash University Press, 2007;

MENDELSON, Jack. The Habermas-Gadamer Debate. **New German Critique** (18):44-73, 1979;

OSPINA, Sofi. HOHE, Tanja. Traditional Power Structures and the Community Empowerment and Local Governance Project – Final Report. Setembro/2001;

SHAPIRO, Susan E. Rhetoric as Ideology Critique: The Gadamer-Habermas Debate Reinvented. **Journal of the American Academy of Religion** 62 (1):123-150, 1994;

TAYLOR, **East Timor: The Price of Freedom**. New York: Zed Books, 1999;

TRINDADE, Josh. An Ideal State for East Timor: Reconciling the Conflicting Paradigms; disponível em http://www.edu.edu.au/timorlesteconference/documents/trindade_ideal_state_for_East_TimordigPAPER.pdf;

WORLD BANK. Timor-Leste. Project Performance Assessment Report. Relatório n.º. 36590; jun/2006, disponível em <http://web.worldbank.org/external/projects/main?pagePK=64283627&piPK=73230&theSitePK=40941&menuPK=228424&Projectid=P075342>;